

CRISE DE CUBA: TROCA DE CARTAS ENTRE OS PRESIDENTES DOS ESTADOS UNIDOS E DO BRASIL

A crise de Cuba de 1962, provocada pela instalação, por parte da antiga URSS, de mísseis ofensivos na ilha caribenha, foi um dos momentos de maior tensão na história da Guerra Fria. Num dos lances do referido conflito, o Presidente dos Estados Unidos, John F. Kennedy, dirigiu carta ao Presidente João Goulart, em 22 de outubro de 1962, na qual, entre outros pontos, formulava “convite ao Senhor no sentido de que seus assessores militares discutam com os meus a possibilidade de participar, em condições apropriadas e juntamente com os Estados Unidos e outras forças do hemisfério, de qualquer ação militar que a situação que se desenvolve em Cuba possa requerer”. A resposta do Presidente João Goulart e a carta do primeiro mandatário estadunidense foram publicadas no livro do Deputado Almino Afonso, intitulado “Raízes do Golpe - Da Crise da Legalidade ao Parlamentarismo 1961 a 1963”, (Editora Marco Zero, 1988). Nessa obra, o parlamentar por São Paulo sublinha que a Carta do Presidente Goulart somente foi localizada graças a seus esforços com a colaboração do Itamaraty, na Embaixada do Brasil, em Washington, uma vez que “o Ministério das Relações Exteriores não a tinha em seus arquivos em Brasília, e “tampouco o Secretário Riff tivera a iniciativa de guardar uma cópia”.

Na mencionada carta, o Presidente Goulart reafirma, entre outros pontos, a “fidelidade inalterável do Brasil aos princípios democráticos e aos ideais da civilização ocidental”, ao mesmo tempo em que ressalta que “o conflito ideológico entre o Ocidente e o Oriente não poderá e não deverá ser resolvido militarmente, pois de uma guerra nuclear, se salvássemos a nossa vida, não lograríamos salvar, quer vencêssemos, quer fôssemos vencidos, a nossa razão de viver. O fim da perigosa emulação armamentista tem de ser encontrado através da convivência e da negociação”.

Washington, 22 de outubro de 1962.

Senhor Presidente,

Enfrentamos, neste hemisfério, a necessidade e a oportunidade de determinar, pela sabedoria de nossa ação conjunta nos próximos dias, quiçá todo o futuro do homem na Terra.

O Senhor depreenderá de meu pronunciamento ao povo norte-americano a gravidade da ameaça ao hemisfério ocidental que o atual regime cubano permitiu à URSS instalar em seu solo.

Não se trata, entretanto, apenas de uma ameaça militar contra nós. Os atos da União Soviética, em afronta a nossos conhecidos e já tradicionalmente estimados acordos de defesa e segurança do hemisfério; sua continuidade, desconsiderando minha advertência, de 4 de setembro, da qual tinham plena ciência; e os reiterados desmentidos soviéticos, em pronunciamentos públicos e em conversações privadas, quanto à execução ou mesmo à cogitação desses atos - tudo isso deixa claro que os soviéticos estão lançando um desafio audaz e belicoso a todos os povos livres.

Temos de responder a esse gesto temerário com uma decisão conjunta. Do contrário, a União Soviética passará a violações cada vez mais flagrantes dos requisitos para a paz e liberdade internacionais, até que não nos restarão outras opções senão a capitulação completa ou a deflagração de um holocausto nuclear.

Temos de firmar uma posição imediatamente; o mundo todo estará nos observando. Questões acerca das quais nós, deste hemisfério, talvez tenhamos pequenas discordância, bem como divergências políticas entre nossos povos, tornam-se insignificantes diante dessa ameaça à paz.

Espero, diante desse contexto, que o Senhor sinta que seu país deseja juntar-se ao meu para expressar sua indignação contra este comportamento, cubano e soviético, e conto com que o Senhor deseje expressar publicamente o sentimento de seu povo.

Espero também que o Senhor concorde comigo quanto à necessidade urgente de se convocar uma reunião imediata do Órgão Consultivo do Sistema Interamericano, sob o Pacto do Rio.

Os Estados Unidos irão propor a esse organismo, assim que ele se reúna, a adoção de uma resolução que enfrente com efetividade essa nova e perigosa situação. Meu Embaixador poderá lhe entregar o texto proposto dessa resolução. A colocação de armas ofensivas com potência nuclear em Cuba claramente “coloca em perigo a paz e a segurança do continente”, nos termos do Artigo 6º daquele Pacto. Estou seguro de que o Senhor concordará que uma resolução dessa natureza faz-se urgente.

Estou também requerendo uma reunião urgente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Pedi ao Embaixador Stevenson que apresente, em nome dos Estados Unidos, uma resolução que exija a retirada de Cuba de bases para mísseis e de outras armas ofensivas, sob a supervisão de observadores das Nações Unidas. Espero que o Senhor determine a seu representante em Nova Iorque que trabalhe ativamente conosco e que apóie abertamente o programa acima indicado

nas Nações Unidas.

Desejo também formular um convite ao Senhor no sentido de que seus assessores militares discutam com os meus a possibilidade de participar, em condições apropriadas e juntamente com os Estados Unidos e outras forças do hemisfério, de qualquer ação militar que a situação que se desenvolve em Cuba possa requerer.

Sinto-me confiante em que, mediante um enfrentamento conjunto dessa ameaça através de medidas sábias - que combinem a firmeza e a contenção que a natureza da crise demanda - de que passaremos a um novo patamar de progresso para o mundo livre, com menor temor da dominação mundial pelo comunismo internacional. Nesse sentido, após ter apontado o perigo para a paz mundial que as ações da União Soviética em Cuba representam, escrevi ao Sr. Krushev expressando minha esperança de que serão tomadas medidas que nos permitirão retomar o caminho das negociações pacíficas.

John F. Kennedy

Brasília, de outubro de 1962.

Senhor Presidente,

Recebi com apreço e meditei com atenção a carta em que Vossa Excelência houve por bem comunicar-me ter sido constatada a presença, em território cubano, de armas ofensivas capazes de constituírem ameaça aos países deste hemisfério. Nessa carta, Vossa Excelência também solicitou o apoio do Brasil para as medidas que o seu Governo proporia ao Conselho da OEA e ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, com fundamento nas disposições do Tratado do Rio de Janeiro e da Carta de São Francisco.

Já é do seu conhecimento o pronunciamento, no primeiro desses Conselhos, do delegado do Brasil. Quero, entretanto, aproveitar o ensejo para fazer a Vossa Excelência, com a franqueza e sinceridade a que não apenas me autorizam, mas me obrigam o meu apreço pessoal por Vossa Excelência e a tradicional amizade entre os nossos povos, algumas considerações, tanto sobre a posição brasileira em face do caso de Cuba, como sobre os rumos que recentemente vêm prevalecendo nas decisões da OEA.

Vossa Excelência conhece a fidelidade inalterável do Brasil aos princípios democráticos e aos ideais da civilização ocidental. Dentro dessa fidelidade, os nossos países já combateram lado a lado em duas guerras mundiais, que nos custaram o sacrifício de inúmeras vidas e nos impuseram, proporcionalmente e de modo diverso, pesados prejuízos materiais.

Os sentimentos democráticos do povo brasileiro e do seu governo são hoje, porventura, maiores e mais arraigados do que no passado, porque com o volver dos anos e a aceleração do desenvolvimento econômico, fortaleceram-se estabilizaram-se as nossas instituições políticas, sob o princípio da supremacia da lei.

Era natural que paralelamente ao fortalecimento da democracia se desenvolvesse o sentido de responsabilidade internacional, levando-nos a participar dos acontecimentos e problemas não apenas regionais, mas mundiais, para nos situarmos em face deles à luz dos nossos interesses nacionais e dos ditames de nossa opinião pública.

No discurso que tive a honra de pronunciar perante o Congresso norte-americano em 4 de abril de 1962, procurei resumir e enunciar com clareza os aspectos dominantes de nossa posição nos seguintes termos:

“A ação internacional do Brasil não responde a outro objetivo senão o de favorecer, por todos os meios ao nosso alcance, a preservação e fortalecimento da paz. Acreditamos que o conflito ideológico entre o Ocidente e o Oriente não poderá e não deverá ser resolvido militarmente, pois de uma guerra nuclear, se salvássemos a nossa vida, não lograríamos salvar, quer vencêssemos, quer fôssemos vencidos, a nossa razão de viver. O fim da perigosa emulação armamentista tem de ser encontrado através da convivência e da negociação. O Brasil entende que a convivência entre o mundo democrático e o mundo socialista poderá ser benéfico ao conhecimento e à integração das experiências comuns, e temos a espe-

rança de que esses contatos evidenciem que a democracia representativa é a mais perfeita das formas de governo e a mais compatível com a proteção ao homem e à preservação de sua liberdade”.

A defesa do princípio de autodeterminação dos povos, em sua máxima amplitude, tornou-se o ponto crucial da política externa do Brasil, não apenas por motivos de ordem jurídica, mas por nele vermos o requisito indispensável à preservação da independência e das condições próprias sob as quais se processa a evolução de cada povo.

É, pois, compreensível que desagrade profundamente à consciência do povo brasileiro qualquer forma de intervenção num Estado americano, inspirada na alegação de incompatibilidade com o seu regime político, para lhe impor a prática do sistema representativo por meios coercitivos externos, que lhe tiram o cunho democrático e a validade. Por isso, o Brasil na VIII Consulta de Chanceleres Americanos se opôs à imposição de sanções ao regime cubano, tanto mais que não eram apontados então, como só agora veio a suceder, fatos concretos em que se pudesse prefigurar a eventualidade de um ataque armado.

Ainda agora, entretanto, Senhor Presidente, não escondo a Vossa Excelência a minha apreensão e a insatisfação do povo brasileiro pelo modo por que foi pleiteada e alcançada a decisão do Conselho da OEA, sem que tivesse preliminarmente realizado, ou pelo menos deliberado, uma investigação in loco, e sem que se tivesse tentado através de uma negociação, como a que propusemos em fevereiro do corrente ano, o desarmamento de Cuba com a garantia recíproca de não invasão.

Receio que nos tenhamos abeirado sem, antes, esgotar todos os recursos para evitá-lo, de um risco que o povo brasileiro teme tanto como o norte-americano: o da guerra nuclear. E é na atuação de Vossa Excelência, no seu espírito declaradamente pacifista, que depositamos a esperança de que não sejam usadas contra Cuba medidas militares capazes de agravar o risco já desmedido da presente situação. Para tudo que possa significar esforço de preservação da paz, sem quebra do respeito à soberania dos povos, pode Vossa Excelência contar com a colaboração sincera do governo e do povo do Brasil.

Não quero encerrar, porém, esta carta, Senhor Presidente, sem acrescentar às considerações nela feitas a expressão de meus receios sobre o futuro imediato da OEA. Nos últimos tempos, observo que as suas decisões vêm perdendo autoridade à medida que se afastam da correta aplicação das suas próprias normas estatutárias, e que são tomadas por maioria numérica com injustificável precipitação. A isso cabe acrescentar a tendência para transformar a Organização num bloco ideológico intransigente, em que, entretanto, encontram o tratamento mais benigno os regimes de exceção de caráter reacionário.

Permito-me pedir a atenção de Vossa Excelência para a violação do art. 2o. da Carta de Bogotá, que se está correndo o risco de cometer para evitar a adesão de novos Estados por motivo de ordem ideológica. Permito-me ainda recordar a aplicação imprópria da Resolução II de Punta del Este sobre vigilância e defesa social, que não autoriza a organização encomendar investigações sobre a situação interna de nenhum país, para evitar que se firam os melindres de Estados sober-

anos, e que agora se pretende abusivamente invocar justamente para a execução de uma investigação dessa natureza. A esses casos acrescento o da criação do Colégio Interamericano de Defesa. Este órgão não pode merecer senão a nossa simpatia e cooperação, desde que se limite a apreciar problemas técnicos e de segurança externa, mas seus efeitos podem ser negativos se, a título de problemas de segurança interna, passar ele a estudar questões da competência privativa dos Estados sobre as quais convém que os militares recebam uma formação e orientação puramente nacionais.

Estou certo de que Vossa Excelência compreenderá as razões de minha apreensão. O Brasil é uma país democrático, em que o povo e governo condenam e repelem o comunismo internacional, mas onde se fazem sentir ainda perigosas pressões reacionárias, que procuram, sob o disfarce do anticomunismo, defender posições sociais e privilégios econômicos, contrariando, desse modo, o próprio processo democrático de nossa evolução. Acredito que o mesmo se passa em outros países latino-americanos. E nada seria mais perigoso ver-se a OEA ser transformada em sua índole e no papel que até aqui desempenhou, para passar a servir a fins ao mesmo tempo anticomunistas e antidemocráticos, divorciando-se da opinião pública latino-americana.

Veja Vossa Excelência, Senhor Presidente, nestas considerações, que pretendia desenvolver pessoalmente, ao grato ensejo de sua visita ao Brasil, uma expressão do propósito de melhor esclarecimento mútuo sobre as aspirações e as diretrizes do povo brasileiro.

Renovo a Vossa Excelência a certeza de minha melhor estima e apreço.

João Goulart